



**By @kakashi\_copiador**

**Simulado Especial -  
CNU - Concurso  
Nacional Unificado  
(Bloco Temático 1 -  
Infraestrutura, Exatas  
e Engenharia)  
(04/02/2024)**

*Simulado - CNU - Concurso Nacional  
Unificado (Bloco Temático 1 -  
Infraestrutura, Exatas e Engenharia)  
(04/02/2024)  
(Pós-Edital)*

# Simulado Especial

# CONCURSO

# NACIONAL

# UNIFICADO

## BLOCO 1

Infraestrutura, Exatas e  
Engenharia - Pós-Edital



# Simulado

## Simulado CNU – Bloco 1

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CNU (Bloco 1);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

### PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CNU-Bloco1-04-02>

01 - ABCDE	15 - ABCDE	29 - ABCDE	43 - ABCDE	57 - ABCDE
02 - ABCDE	16 - ABCDE	30 - ABCDE	44 - ABCDE	58 - ABCDE
03 - ABCDE	17 - ABCDE	31 - ABCDE	45 - ABCDE	59 - ABCDE
04 - ABCDE	18 - ABCDE	32 - ABCDE	46 - ABCDE	60 - ABCDE
05 - ABCDE	19 - ABCDE	33 - ABCDE	47 - ABCDE	61 - ABCDE
06 - ABCDE	20 - ABCDE	34 - ABCDE	48 - ABCDE	62 - ABCDE
07 - ABCDE	21 - ABCDE	35 - ABCDE	49 - ABCDE	63 - ABCDE
08 - ABCDE	22 - ABCDE	36 - ABCDE	50 - ABCDE	64 - ABCDE
09 - ABCDE	23 - ABCDE	37 - ABCDE	51 - ABCDE	65 - ABCDE
10 - ABCDE	24 - ABCDE	38 - ABCDE	52 - ABCDE	66 - ABCDE
11 - ABCDE	25 - ABCDE	39 - ABCDE	53 - ABCDE	67 - ABCDE
12 - ABCDE	26 - ABCDE	40 - ABCDE	54 - ABCDE	68 - ABCDE
13 - ABCDE	27 - ABCDE	41 - ABCDE	55 - ABCDE	69 - ABCDE
14 - ABCDE	28 - ABCDE	42 - ABCDE	56 - ABCDE	70 - ABCDE





## POLÍTICAS PÚBLICAS

*Elisabete Moreira*

**01.** Após terem sido formuladas, as políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A implementação, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de cima para baixo (*Top-down*), indique qual das características abaixo não deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos/tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

**02.** A avaliação das políticas, programas e projetos implementados pela Administração pública pode ser realizada segundo três metodologias básicas: avaliação de metas, avaliação de impacto e avaliação de processo. A avaliação de

- a) metas tem como objetivo medir o grau de êxito que um programa ou projeto obtém em relação ao processo e ao seu impacto.
- b) metas e de impacto ocorrem concomitantemente à implementação do programa ou projeto.
- c) impacto tem como objetivo identificar os efeitos produzidos sobre a população-alvo do programa ou projeto e produzir dados para reprogramação das ações.
- d) processo tem como objetivo medir o grau de cobertura do programa ou projeto, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e produzir dados para a reprogramação das ações.
- e) processo ocorre simultaneamente com a avaliação de metas.

**03.** A Gestão das Políticas Públicas no Brasil tornou-se um processo institucionalizada nos últimos tempos. A literatura acerca da matéria é muito diversa e rica, permitindo a análise desde a fase inicial, de construção do problema, até a avaliação final, de verificação dos resultados alcançados. Nesse caso, é INCORRETO afirmar que:

- a) São consideradas políticas governamentais as políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais.
- b) Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.
- c) A abordagem estadocêntrica considera políticas públicas apenas as que surgem do poder estatal.
- d) O conceito de política pública é único e seguido por todos os autores que tratam do tema.
- e) O ciclo de políticas públicas é uma ferramenta analítica que permite analisar em separado as várias fases de uma política pública.

## DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

*Emerson Bruno*

**04.** Romualdo Bezerra, 53 anos de idade, é militar da reserva e deseja se candidatar ao cargo de Senador da República. De acordo com a CF88, a idade mínima como condição de elegibilidade para ser detentor do presente mandato eletivo é:

- a) 60 anos de idade.
- b) 30 anos de idade.
- c) 35 anos de idade.
- d) 21 anos de idade.
- e) 18 anos de idade.



**05.** De acordo com a Constituição da República são formas de participação direta do cidadão brasileiro em nossa democracia.

- a) o plebiscito e o referendo apenas.
- b) o referendo e a iniciativa popular apenas.
- c) o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.
- d) o plebiscito, o referendo, o recall e a iniciativa popular.
- e) o plebiscito, o recall e a iniciativa popular.

### **DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA**

*Ricardo Torques*

**06.** O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 é estruturado em eixos orientadores que contêm as respectivas diretrizes. Em relação ao Eixo Orientador VI, que versa sobre o Direito à Memória e à Verdade, assinale a alternativa incorreta.

- a) A investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania.
- b) A história que não é transmitida de geração a geração torna-se esquecida e silenciada.
- c) Estudar o passado, resgatar sua verdade e trazer à tona seus acontecimentos caracterizam forma de transmissão de experiência histórica, que é essencial para a constituição da memória individual e coletiva.
- d) O trabalho de reconstituir a memória exige revisitar o passado e compartilhar experiências de dor, violência e mortes. Somente depois de lembrá-las e fazer seu luto, será possível superar o trauma histórico e seguir adiante.
- e) A vivência do sofrimento e das perdas deve ser reduzida a conflito privado e subjetivo, como meio de obter reparações.

**07.** A Constituição Federal estabelece que a república Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Percebe-se, portanto, que a forma republicana de governo é adotada em nosso país. Sobre o tema, é correto afirmar que a república:

- a) Caracteriza-se pela vitaliciedade.
- b) Caracteriza-se pela hereditariedade.
- c) Caracteriza-se pelo exercício do poder político de maneira transitória.
- d) Sempre foi a forma de governo adotada no Brasil.
- e) Não permite a construção de um processo eleitoral.



**ÉTICA E INTEGRIDADE***Antônio Daud*

**08.** No que se refere ao Sistema de integridade, transparência e acesso à informação (Sitai - Decreto 11.529/2023), é INCORRETO afirmar que:

- a) Entre os objetivos do Sistema de integridade, transparência e acesso à informação (Sitai) está o aumento na simetria de informações nas relações entre a administração pública federal e a sociedade.
- b) O Decreto 11.529, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação, aplica-se às empresas públicas e sociedades de economia mistas federais que forem prestadoras de serviços públicos.
- c) programa de integridade representa o conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional.
- d) fazem parte do Sitai, na qualidade de setoriais, as unidades nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação.
- e) os sistemas de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética, transparência possuem funções de integridade.

**09.** Assinale a alternativa INCORRETA quanto às qualidades da informação, segundo previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011):

- a) Informação disponível é aquela que pode ser conhecida pelos indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- b) O acesso à informação compreende o direito de obter informação primária e atualizada, sendo que os portais de transparência ativa deverão manter atualizadas as informações disponíveis para acesso.
- c) Informação são dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção de conhecimento ou para sua transmissão.
- d) Informação íntegra é aquela que foi produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- e) Primariedade é a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.



**DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203***Tiago Zanolla*

10. O exercício da função pública implica uma série de responsabilidades e comportamentos éticos por parte do servidor. Conforme descrito no Decreto n. 1.171/1994I, diversos princípios são destacados como essenciais na conduta do servidor público. Esses princípios incluem a moralidade, a eficácia, a consciência dos princípios morais, a honestidade, entre outros. Esses aspectos são fundamentais para a manutenção da confiança pública e o bom funcionamento da administração pública. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.

- I. A dignidade e o decoro são aspectos secundários na conduta do servidor público, uma vez que seu papel principal é a execução eficiente das tarefas administrativas.
  - II. A conduta ética do servidor público não se limita à distinção entre o legal e o ilegal, envolvendo também a escolha entre o honesto e o desonesto.
  - III. A remuneração do servidor público, sendo oriunda dos tributos pagos pela população, exige um compromisso com a moralidade administrativa e a legalidade.
  - IV. A cortesia e o cuidado dedicados ao serviço público não influenciam a percepção da qualidade do serviço prestado ao cidadão.
  - V. Longas filas e atrasos na prestação dos serviços públicos são situações aceitáveis, desde que o servidor esteja cumprindo outras tarefas administrativas.
- a) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
  - b) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.
  - c) Todas as afirmativas estão corretas.
  - d) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
  - e) Nenhuma das afirmativas está correta.

**TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO***Paolla Ramos*

11. A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) tem como ponto de partida a definição de objetivos estratégicos que levam em consideração todo o ecossistema tecnológico, e que poderão posteriormente ser desdobrados em ações específicas.

São objetivos da EBIA, EXCETO:

- a) Contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso de IA responsáveis
- b) Promover investimentos sustentados em pesquisa e desenvolvimento em IA
- c) Promover barreiras à inovação em IA
- d) Capacitar e formar profissionais para o ecossistema da IA.
- e) Estimular a inovação e o desenvolvimento da IA brasileira em ambiente internacional

**DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE***Ricardo Torques*

12. Em relação à proteção constitucional aos direitos dos grupos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a) A demarcação das terras indígenas é de competência dos municípios.
- b) O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, vedada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- c) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes
- d) Os índios, suas comunidades e organizações dependem da representação do Ministério Público para atuar em juízo em defesa de seus direitos e interesse.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são de sua propriedade.





**13.** Segundo a doutrina quatro elementos devem ser analisados para a conceituação da população quilombola. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não corresponde a um desses elementos.

- a) Passado histórico de resistência à opressão racial
- b) Cultura própria.
- c) Relação especial com a terra.
- d) Auto-atribuição.
- e) Aspecto econômico dos imóveis ocupados.

**14.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças:

- a) Até 5 (cinco) anos de idade.
- b) Até 6 (seis) anos de idade.
- c) Até 10 (dez) anos de idade.
- d) Até 4 (quatro) anos de idade.
- e) Até 7 (sete) anos de idade.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

*Herbert Almeida*

**15.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- c) as funções de confiança e os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira

nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinando-se às atribuições técnico-burocráticas e de direção, chefia e assessoramento.

- d) é vedado ao servidor público civil o exercício do direito de greve.
- e) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

**16.** O Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967 – Estatuto da Reforma Administrativa, classificou a administração federal em direta e indireta. A respeito do regime jurídico aplicável a tais órgãos e entidades, assinale a opção correta:

- a) é vedado ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e, em geral, às autoridades da Administração Federal delegar competência para a prática de atos administrativos.
- b) cabe ao Poder Executivo a regulação da estruturação, das atribuições e do funcionamento dos órgãos da Administração Federal, respeitada a competência constitucional do Poder Legislativo.
- c) todo e qualquer órgão da Administração Federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente, inclusive a Presidência da República.
- d) as autarquias são conceituadas como o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.
- e) quando as sociedades de economia mista atuarem em regime de monopólio estatal, a maioria acionária caberá à União ou a entidade da Administração Indireta, em caráter permanente.



17. De acordo com a Lei Federal no 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias Federais e das Fundações Públicas Federais, a exoneração de cargo efetivo ocorrerá:

- a) apenas nos casos em que haja pedido expreso do servidor.
- b) de ofício, a juízo da autoridade competente.
- c) a pedido, quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
- d) de ofício, quando o servidor tomar posse, mas não entrar em exercício dentro do prazo.
- e) quando for extinto o cargo ocupado por servidor estável.

### FINANÇAS PÚBLICAS

*Amanda Aires*

18. A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção dentre outras falhas de mercado, das externalidades que fazem com que os preços não reflitam as decisões econômicas, e que por isso abre espaço para a intervenção do governo na economia é denominada função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

19. Se o governo, ao atuar via função estabilizadora decide realizar unicamente uma redução dos gastos públicos:

- a) Reduz a renda de equilíbrio da economia;
- b) aumenta o multiplicador de gastos da economia aberta;
- c) reduz as exportações;

d) torna o multiplicador do orçamento desequilibrado;

e) eleva o déficit da balança comercial.

### NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

*Leandro Ravynelle*

20. Acerca do que dispõe a inovação orçamentária no Sistema Governamental brasileiro, julgue os itens a seguir:

- I. A dimensão operacional no sistema orçamentário compreende o conjunto de ações orçamentárias incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como ações não orçamentárias.
- II. Agenda transversal é o conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva.
- III. A visão de futuro 2027 e os indicadores-chave nacionais a ela vinculados (Key National Indicators), bem como suas metas, em sistema de bandas.
- IV. As ações orçamentária orientam as diretrizes governamentais.

Está incorreto o que consta em:

- a) II e IV, apenas
- b) IV, apenas
- c) III e IV, apenas
- d) I, apenas
- e) III, apenas



**GESTÃO GOVERNAMENTAL***Stefan Fantini*

**21.** O planejamento realizado pelo nível institucional, que envolve a organização como um todo, e tem foco no longo prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento gerencial

**22.** A matriz SWOT, ferramenta utilizada em planejamentos estratégicos, busca mapear tanto oportunidades e ameaças, elementos relacionados ao \_\_\_\_\_ da organização, quanto forças e fraquezas, os quais estão relacionados ao \_\_\_\_\_ da organização.

As palavras que preenchem corretamente às lacunas são, respectivamente:

- a) ambiente físico; ambiente político.
- b) ambiente interno; ambiente externo.
- c) ambiente estrutural; ambiente sociológico.
- d) ambiente externo; ambiente interno.
- e) ambiente interno; ambiente social.

**23.** De acordo com o Guia PMBOK, o gerenciamento do(da) \_\_\_\_\_ do projeto inclui os processos necessários para assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o necessário, para terminar o projeto com sucesso. Indique a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) integração
- b) escopo
- c) custo
- d) qualidade
- e) riscos

**GESTÃO DE RISCOS***Elisabete Moreira*

**24.** Para realizar a gestão de riscos de quaisquer objetos, algumas etapas devem ser seguidas, como o estabelecimento do contexto, a identificação dos riscos, a análise, avaliação e o tratamento dos riscos, além da comunicação e consulta às partes interessadas e o monitoramento e a melhoria contínua. A etapa do processo de gestão de riscos no qual realiza-se o desenvolvimento sobre o risco e a determinação do nível de risco é denominada.

- a) Estabelecimento do contexto
- b) Identificação de riscos
- c) Análise de riscos
- d) Avaliação de riscos
- e) Tratamento de riscos

**25.** O modelo das três linhas de defesa foi difundido a partir da publicada pelo Instituto dos Auditores Internos com o objetivo de estabelecer os papéis e responsabilidades essenciais de cada gestor dentro da organização para protegê-la dos riscos por meio de uma estrutura adequada de governança. A segunda linha de defesa possui o papel de coordenar as atividades de gestão de riscos, orientar e monitorar a implementação de suas práticas apoiar a definição de metas de exposição a risco, monitorar riscos específicos, bem como ajudar a definir controles e monitorar os riscos e controles da primeira linha de defesa. Nesse caso, a segunda linha de defesa pode ser representada por

- a) auditoria interna
- b) gestores de nível operacional
- c) compliance
- d) auditoria externa
- e) comitê de auditoria



26. Existem muitos referenciais que tratam de metodologias de gestão de riscos estabelecendo padrões e boas práticas internacionalmente reconhecidas. No entanto, a gestão de riscos deve levar em consideração as necessidades específicas da organização em face dos objetivos que dão suporte à sua missão e dos riscos associados. O novo padrão de gerenciamento de risco ISO 31000, lançado em 2018, é um dos referenciais mais utilizados no Brasil e apresenta como princípios orientadores da gestão de riscos

- a) melhoria contínua, dinâmica, avaliação.
- b) integrada, melhoria contínua, implementação.
- c) avaliação, melhoria, liderança e comprometimento.
- d) concepção, inclusiva, fatores humanos e culturais
- e) dinâmica, estruturada e abrangente, personalizada,

## SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES

*André Rocha*

27. Sobre aspectos de sustentabilidade nas contratações públicas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável é um dos objetivos do processo licitatório.
- b) Os anteprojetos de engenharia e os projetos básicos devem considerar o impacto ambiental do empreendimento.
- c) Os critérios de julgamento das propostas podem considerar os custos indiretos, relacionados com, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, o impacto ambiental do objeto licitado.
- d) O estudo técnico preliminar deve considerar a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos

- e) No processo de licitação, deve ser estabelecida margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.

## CONTROLES INTERNO E EXTERNO E LGPD

*Antônio Daud*

28. Em relação à centralização das compras e ao controle das contratações públicas, assinale a alternativa em DESACORDO com a Lei 14.133/2021:

- a) Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.
- b) No caso dos Municípios com até 10.000 habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades de centralização de compras, objetivando realizar compras em grande escala.
- c) O plano de contratações anual representa importante mecanismo de planificação das compras governamentais, o qual deverá ser mantido sob sigilo por cada ente federativo, a fim de impedir a ocorrência de conflito de interesses.
- d) A segunda linha de defesa das contratações é integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.
- e) No âmbito do Poder Executivo Federal, a terceira linha de defesa é integrada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).





**29.** A atuação administrativa do Estado sujeita-se a diversas formas de controle, internos ou externos. A respeito deste tema, assinale a alternativa correta:

- a) o controle interno-administrativo dos órgãos federais é desempenhado por meio do Tribunal de Contas da União.
- b) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- c) o controle judicial examina, sob a ótica da conveniência e da oportunidade, ato administrativo pela Administração.
- d) o controle administrativo pode ser exercido por qualquer dos Poderes e deriva do princípio da autotutela, permitindo a revogação dos atos inconvenientes ou inoportunos e a anulação daqueles que se mostrarem em desconformidade com a lei.
- e) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma independente e estanque, sistema de controle interno.

**30.** De acordo com o previsto as regras aplicáveis à atividade de tratamento de dados realizada pelo poder público, assinale a alternativa que CONTRARIA a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018):

- a) sociedades de economia mista e empresas públicas sempre deverão seguir as mesmas regras de tratamento de dados pessoais aplicáveis aos órgãos e às demais entidades do Poder Público.
- b) nos casos de execução descentralizada de atividade pública exigindo transferência de dados, o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado não necessita ser informado à autoridade nacional ou de consentimento do titular.

c) quando a própria Lei dispensar o consentimento do titular, o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado não necessita ser informado à autoridade nacional ou de consentimento do titular.

d) os dados deverão ser mantidos pelo poder público em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

e) a autoridade nacional de proteção de dados poderá solicitar, a qualquer momento, aos entes públicos a realização de operações de tratamento de dados pessoais.



**POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO***Jonathan Roitman*

31. A Constituição Federal traz em seu texto os ditames acerca da ciência, tecnologia e inovação. O art. 218 assevera que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá incentivo e tratamento comum do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.
- b) A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- c) O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, porém não se concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.
- d) A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, vinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.
- e) É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

**LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL E PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS, LETRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. LEI Nº 10.931/2004 E ALTERAÇÕES***Cadu Carrilho*

32. Em relação à Cédula de Crédito Bancário, título de crédito com legislação própria, marque a opção que coaduna com a legislação:

- a) A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, somente por pessoa física, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.
- b) A instituição credora da cédula de crédito bancário deve integrar o Sistema Financeiro Nacional, não sendo admitida a emissão da cédula em favor de instituição domiciliada no exterior, já que é um título de crédito eminentemente nacional.
- c) A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, e seu valor será fixo nos termos disposto no próprio título.
- d) A Cédula de Crédito Bancário poderá ser emitida, com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída.
- e) A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, exigível pelo valor apurado de acordo com as cláusulas e condições pactuadas no contrato que lhe deu origem.



**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO***Nicolle Fridlund*

**33.** A política agrícola encontra-se definida pela Lei nº 8.171/91, conhecida como Lei Agrícola, onde estão fixados os fundamentos, definidos os objetivos e as competências institucionais, bem como previstos os recursos e indicadas suas ações e instrumentos de realização, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Sobre esse tema, leia as afirmativas abaixo e depois marque a alternativa correta:

I – A iniciativa privada exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais.

II – Um dos objetivos da política agrícola é melhorar a renda e a qualidade de vida no meio rural.

III – A defesa agropecuária tem somente dois objetivos, porém fundamentais para o país, que incluem assegurar a sanidade das populações vegetais e a saúde dos rebanhos animais.

IV - O planejamento agrícola; a pesquisa agrícola tecnológica; a assistência técnica e extensão rural; proteção do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos naturais e a defesa da agropecuária são algumas das ações e instrumentos de política agrícola.

- a) As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) Somente a afirmativa I está incorreta.
- c) As afirmativas I e III estão corretas.
- d) As afirmativas II e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E RESOLUÇÕES CONAMA***André Rocha*

**34.** Assinale a alternativa correta acerca da legislação ambiental em vigor.

a) Dentro da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente, tanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) quanto o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) exercem função de órgãos executores.

b) O Licenciamento Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

c) No contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), é chamada de zona de amortecimento a porção de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

d) Os consumidores, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso.

e) No Brasil, os serviços de transporte urbano são classificados quanto ao objeto em “coletivo” e “individual”.



**SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL***Paulo Sousa*

**35.** No que se refere às definições estabelecidas pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964): I - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades superiores às da propriedade familiar. II - Imóvel Rural" é o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada. III - Não se considera latifúndio o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado. IV – Propriedade Familiar" é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área mínima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) Nenhuma das alternativas

**IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL***Fábio Dutra*

**36.** Acerca do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União, analise os itens abaixo, e verifique quais deles estão corretos.

- I) As pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel são imunes ao ITR.
  - II) São isentos do ITR os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos, desde que estejam sob ocupação direta.
  - III) O contribuinte do ITR é o proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
- a) I
  - b) I, II e III
  - c) II e III
  - d) III
  - e) I e II





**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO***Núbia Ferreira*

37. No que se refere ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), de acordo com o Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta.
- a) Deverá ser obrigatório para todos os projetos submetidos à aprovação no município.
  - b) Será documento de caráter sigiloso, por envolver aspectos confidenciais dos empreendimentos objeto de licenciamento.
  - c) Substituirá, em áreas urbanas, a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
  - d) Será executado de forma a contemplar exclusivamente os efeitos negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.
  - e) Contemplará obrigatoriamente aspectos como valorização imobiliária, geração de tráfego e demanda por transporte público, ventilação e iluminação, dentre outros.

**SERVIÇO PÚBLICO***Herbert Almeida*

38. De acordo com a Lei nº 8.987/1995 – Lei Geral de Concessões, serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade e continuidade, dentre outros. Contudo, não se caracteriza como descontinuidade a interrupção do serviço:
- a) em situações do dia a dia, sem aviso prévio.
  - b) sem aviso prévio, a critério do agente responsável.
  - c) considerado o interesse da coletividade, mesmo para usuários adimplentes.
  - d) quando o serviço estiver sendo prestado com segurança.
  - e) em situação de emergência.

**LEI Nº 9.427/1996 E ALTERAÇÕES***Mariana Moronari*

39. Conforme a Lei nº 9.427/1996, assinale a alternativa correta acerca das atribuições e da organização da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.
- a) A ANEEL tem por finalidade regular e operar a produção, a transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.
  - b) A ANEEL é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração determinado.
  - c) Compete à ANEEL dirimir, no âmbito administrativo e judicial, as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores.
  - d) A ANEEL será dirigida por um diretor-geral e cinco diretores, em regime colegiado cujas funções serão estabelecidas no ato administrativo que aprovar a estrutura organizacional da autarquia.
  - e) Compete à ANEEL implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos.



**LEGISLAÇÃO RELATIVA À ENERGIA ELÉTRICA (LEIS Nº 10.438/2002, 10.848/2004, 12.111/2009 E 12.783/2013)***Nick Simonek*

**40.** Como forma de universalização do serviço de fornecimento de energia elétrica a ANEEL poderá promover licitações para outorga de permissões de serviço público de energia elétrica, em áreas já concedidas cujos contratos não contenham cláusula de exclusividade. Nesse sentido, é correto afirmar de acordo com a Lei de nº 10.438/2002:

- a) É facultado à Aneel adotar a modalidade de tomada de preço, devendo, neste caso, mediante ações integradas com as Agências de Serviços Públicos Estaduais conveniadas, promover ampla divulgação visando o cadastramento de agentes interessados;
- b) A permissão de serviço público de energia elétrica contratada não poderá prever condições e formas de atendimento específicas, compatíveis com a tecnologia utilizada;
- c) É permitido às concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, suas controladas e seus controladores, em qualquer grau de descendência ou ascendência, bem como outras sociedades igualmente controladas ou coligadas, independente do grau de colateralidade, participarem das licitações para universalização do serviço de fornecimento de energia;
- d) As licitações não poderão ser realizadas, por delegação, pelas Agências de Serviços Públicos Estaduais conveniadas, mediante a utilização de editais padronizados elaborados pela Aneel, inclusive o contrato de adesão, com observância da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e demais dispositivos legais específicos para o serviço público de energia elétrica, aplicando-se, no que couber e subsidiariamente, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;
- e) A lei autoriza a dispensa de licitação no caso de universalização do fornecimento de energia elétrica.

**GESTÃO AMBIENTAL E TEMAS CORRELATOS***André Rocha*

**41.** Os requisitos com as orientações para uso de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) são tratados na norma ABNT NBR ISO 14.001:2015.

Considerando-se o conteúdo dessa norma, verifica-se que

- a) o seu objetivo é prover às organizações uma estrutura para a proteção do meio ambiente, mas ela não especifica os requisitos que permitem que uma organização alcance os resultados pretendidos e definidos para seu sistema de gestão ambiental.
- b) a base para a abordagem que sustenta um sistema de gestão ambiental é fundamentada no conceito Standard-Do-Check-Act (SDCA).
- c) ela inclui requisitos para o sistema de gestão ambiental e o sistema de gestão da saúde e segurança ocupacional.
- d) a política ambiental de uma organização consiste em intenções e direções relacionadas ao seu desempenho ambiental formalmente expressas pela sua Alta Direção.
- e) impacto ambiental é o elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que interage ou pode interagir com o meio ambiente.



**42.** Leia o texto a seguir para responder à questão 42.

“O estudo mostrou também que a maioria dos setores pesquisados registrou um aumento de emissões absolutas de gases de efeito estufa, de 2005 a 2022, sendo que os maiores percentuais foram nos setores de transporte (53%), agricultura (46%) e resíduos (30%). Se for analisado apenas o recorte de energia, excluindo a geração de eletricidade, foi registrada uma redução de 1%.

‘A agricultura é responsável por emissões significativas, e uma nova versão do Plano ABC do Brasil para a descarbonização do setor foi publicada pelo governo brasileiro, o que inclui a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, expansão do uso da fixação biológica de nitrogênio para substituir fertilizantes nitrogenados e o reflorestamento de milhões de hectares de terra. Além de reduzir as emissões líquidas e melhorar o meio ambiente do país, o reflorestamento oferece oportunidades comerciais por meio da venda potencial de créditos de carbono’, analisa sócia-líder de ESG da KPMG no Brasil e na América do Sul, Nelmara Arbex.”

Fonte: Agricultura emite 46% dos gases de efeito estufa no Brasil. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/01/29/agricultura-emite-46-dos-gases-de-efeito-estufa-no-brasil/>

Sobre a emissão de gases de efeito estufa, assinale a alternativa correta.

- a) As medidas de adaptação consistem em mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.
- b) Por definição, o Potencial de Aquecimento Global (*Global Warming Potential – GWP*) do dióxido de carbono é 1 (um).
- c) Os gases que mais contribuem para o aquecimento global são o dióxido de carbono ( $\text{CO}_2$ ) e o ozônio ( $\text{O}_3$ ).
- d) Os halogenados, como o clorofluorcarbono e o hidrofluorcarbono, apesar de não serem

considerados gases de efeito estufa (GEEs), são considerados substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs).

- e) A agropecuária brasileira possui papel considerável na emissão de gases de efeito estufa no Brasil, principalmente pela emissão de óxido nitroso ( $\text{N}_2\text{O}$ ) por parte de animais ruminantes, como bois, vacas e búfalos.

**43.** De modo geral, o valor total de um bem ou serviço natural, também chamado Valor Econômico Total (VET) ou Valor Econômico do Recurso Ambiental (VERA), pode estar associado ao uso (valor de uso - VU) ou ao não uso (valor de não uso - VNU) do respectivo bem ou serviço.

Sobre esse assunto, é correto afirmar que

- a) o valor de uso é aquele que corresponde ao valor que os recursos naturais têm independentemente da possível relação com os seres humanos.
- b) o valor de uso está relacionado à ideia de benefício humano em decorrência daquele bem ou serviço, podendo ser subdividido em valor de uso direto (VUD), valor de uso indireto (VUI) e valor de existência (VE).
- c) o valor de opção se refere à disponibilidade do recurso para o uso futuro, isto é, ao quanto as pessoas estão dispostas a pagar para manter os bens e serviços ambientais para que possam ser utilizados no tempo futuro.
- d) O valor de uso direto é aquele atribuído ao recurso natural utilizado ou consumido diretamente no tempo presente, a exemplo da manutenção da qualidade da água promovida por uma área de preservação permanente.
- e) O valor de uso indireto é aquele atribuído ao recurso natural utilizado ou consumido indiretamente no tempo presente, a exemplo da utilização da madeira de uma floresta para se fabricar papel.



44. Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo. Nesse contexto, é correto afirmar que o licenciamento ambiental de uma rodovia que atravessa três estados da federação será licenciado pelo:

- a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- b) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
- c) Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
- d) Órgão ambiental do estado no qual a rodovia se origina
- e) Órgão ambiental do município no qual a rodovia se origina

#### **PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL**

*Cadu Carrilho*

45. Da lista abaixo expressa, marque a alternativa que indica os institutos protegidos e abrangidos pela que se entende como propriedade intelectual:

- I. Programa de computador
  - II. Direitos Autorais
  - III. Patentes de invenção e de modelo de utilidade
  - IV. Registro de marcas
- a) I, II, III e IV.
  - b) Apenas III e IV.
  - c) I, II e III.
  - d) II, III e IV.
  - e) Apenas I e II.

#### **ENERGIA E TEMAS CORRELATOS**

*Mariana Moronari*

46. Em 2004, houve grandes e importantes mudanças no setor de energia elétrica brasileiro com a implementação de um novo modelo institucional. Neste contexto, julgue os itens abaixo acerca dos diferentes agentes que atuam no novo modelo do setor elétrico brasileiro.

I- A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) tem por finalidade prestar serviços ao Ministério de Minas e Energia na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.

II- O Operador Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro (ONS) é a instituição responsável por operar, supervisionar e controlar a geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN e por administrar a rede básica de transmissão de energia elétrica no Brasil.

III- O Comitê de Monitoramento do Setor elétrico Brasileiro (CMSE) atua como operador do mercado brasileiro de energia, sendo responsável pela administração dos contratos de compra e venda de energia elétrica.

Assinale a alternativa que contempla apenas os itens corretos.

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I e III.





**47.** Os direitos e deveres dos usuários dos serviços de energia elétrica estão previstos na Resolução Normativa da Aneel nº 1.000/2021, que consolida as principais regras para a prestação do serviço público de energia elétrica. Assinale a alternativa correta em relação a esse assunto.

- a) Os direitos e deveres dispostos na Resolução 1.000/2021 dispensam outros estabelecidos na regulação da ANEEL e na legislação.
- b) A distribuidora deve disponibilizar material informativo com os principais direitos e deveres dispostos no Anexo I da Resolução apenas nos postos de atendimento presencial, em local de fácil visualização e de forma impressa ou eletrônica.
- c) A distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado ao consumidor e demais usuários. As informações necessárias à defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos são de responsabilidade dos consumidores.
- d) Caracteriza-se como descontinuidade do serviço a sua interrupção pelo inadimplemento, sempre após prévia notificação.
- e) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação emergencial, assim caracterizada como a deficiência técnica ou de segurança em instalações do consumidor e demais usuários que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico ou o caso fortuito ou motivo de força maior.

**48.** Com relação ao regime de preços e tarifas dos vários segmentos do setor elétrico, assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade tarifária convencional é caracterizada por uma única tarifa para o consumo de energia, sem segmentação horária no dia.
- b) A modalidade tarifária horária branca é caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia, sendo segmentada em posto tarifário ponta e posto horário fora de ponta.
- c) A modalidade tarifária horária verde é caracterizada por tarifas diferenciadas, de acordo com as horas de utilização do dia, para a demanda de potência e para o consumo de energia elétrica.
- d) A modalidade tarifária horária azul é caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia, assim como de uma única tarifa de demanda de potência.
- e) Posto tarifário é definido como o conjunto de tarifas aplicáveis às componentes de consumo de energia elétrica e demanda de potência.



49. Com relação à matriz energética brasileira e às noções de geração de energia elétrica baseada em fontes renováveis e não renováveis de energia, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa que contempla os itens corretos.

I- A matriz energética representa o conjunto de fontes de energia disponíveis para diversos fins. Atualmente no Brasil, as fontes renováveis se destacam apresentando um maior percentual na matriz energética, característica que vai contra o restante do mundo.

II- De acordo com sua matriz elétrica, o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-solar de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, forte participação da geração termoeletrica e grande expansão da geração solar.

III- Na matriz energética brasileira, as fontes renováveis de energia se destacam, no entanto, apresentam um menor percentual se comparadas com as fontes não renováveis. Destaca-se que ainda existe uma forte dependência do petróleo e seus derivados, que representam mais de 30% da nossa matriz energética, característica que segue o restante do mundo.

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) Apenas o item III.
- e) I e III.

**REGIMENTO DE CONCESSÃO E PERMISSÃO  
DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
(LEI Nº 8.987/1995 E ALTERAÇÕES) E  
NORMAS PARA OUTORGA E  
PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI Nº 9.074/1995 E  
ALTERAÇÕES)**

*Herbert Almeida*

50. Determinada agência reguladora estava preparando o lançamento de dois editais de licitação. O primeiro seria destinado à concessão de serviços públicos, enquanto o segundo seria destinado à permissão de serviços públicos.

Contudo, os servidores encarregados estavam em dúvidas sobre a obrigatoriedade de licitar e sobre quais modalidades de licitação seriam adotadas.

Nesse caso, tomando como referência apenas a Lei nº 8.987/1995, pode-se afirmar corretamente que:

- a) a licitação para permissão e concessão será dispensável, nas hipóteses definidas na legislação.
- b) a concessão sempre exige licitação, mas esta será dispensável quando se tratar de permissão.
- c) o legislador definiu expressamente a modalidade de licitação para a permissão.
- d) a modalidade a ser aplicada na concessão depende do valor estimado do contrato.
- e) a concessão admite as modalidades concorrência e diálogo competitivo.



**PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS***Guilherme Venturim*

51. A estratégia de planejamento chamada de “PERT-CPM” é uma técnica baseada em diagramas que permite identificar o caminho crítico de um projeto. Considere o diagrama de rede apresentado abaixo, com as durações dadas em semanas:

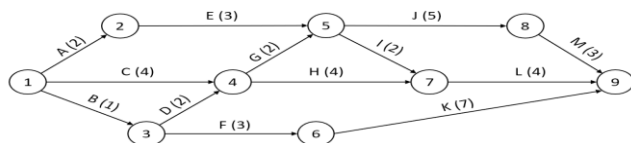


Figura 1 Diagrama PERT-CPM.

As atividades críticas deste projeto são:

- a) C; G; J; M.
- b) A; E; I; L.
- c) 1; 4; 7; 9.
- d) 1; 4; 5; 8; 9.
- e) 1; 3; 4; 5; 8; 9.

52. A Curva ABC de insumos, oriunda da aplicação do princípio de Pareto, permite, por meio de sua categorização, identificar os itens que demandam maior atenção e tratamento administrativo adequado. Quais dos insumos apresentados abaixo fazem parte da categoria A (classe A).

INSUMO	VALOR (R\$)
A	110
B	70
C	510
D	30
E	120
F	10
G	620
H	20
I	470
J	40

Figura 3 Tabela de Insumos.

- a) J; D; H; F.
- b) I; C; G; E; A.

- c) C; I; G.
- d) B; D; F; A; I; G.
- e) E; A; B.

53. A NBR ISO 9001 (ABNT, 2015) afirma que o ciclo PDCA pode ser aplicado para todos os processos e para o sistema de gestão de qualidade como um todo. Neste sentido, associe corretamente cada uma das palavras com suas respectivas etapas.

- |         |  |
|---------|--|
| 1 Plan  | A Implementar o que foi planejado.   |
| 2 Do    | B Executar ações para melhorar desempenho, conforme necessário.                    |
| 3 Check | C Monitorar e medir os processos e os produtos e serviços e reportar os resultados |
| 4 Act   | D Estabelecer os objetivos do sistema e seus processos e os recursos necessários.  |

- a) 1-D; 2-B; 3-C; 4-A.
- b) 1-A; 2-B; 3-C; 4-D.
- c) 1-B; 2-A; 3-D; 4-C.
- d) 1-C; 2-D; 3-A; 4-B.
- e) 1-D; 2-A; 3-C; 4-B.

**PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS***Andressa Lisboa*

54. A NBR 19.650/2022 trata da organização e digitalização de informações sobre edifícios e obras de engenharia civil, incluindo modelagem de informações de construção (BIM) — Gerenciamento de informações usando modelagem de informações de construção. A norma traz quatro requisitos de informação. Assinale qual das alternativas abaixo não corresponde a um requisito de informação elencado pela NBR.

- a) Requisitos de informação da organização (OIR)
- b) Requisitos de informação de manutenção (MIR)
- c) Requisitos de informação do ativo (AIR)
- d) Requisitos de troca de informação (EIR)
- e) Requisitos de informação de projeto (PIR)



**POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA***André Rocha*

55. A Lei nº 11.445/2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e foi substancialmente alterada pela Lei nº 14.026/2020, o que ficou conhecido como Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico.

No contexto dessa lei, é correto afirmar que a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico

- a) é exercida pelos Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse comum.
- b) é exercida pelo Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse local.
- c) pode ser realizada por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação.
- d) poderá ser transferida mediante processo licitatório na forma de concessão a empresas públicas ou privadas.
- e) exige os municípios da exigência de formular a respectiva política pública de saneamento básico.

56. Os acidentes envolvendo barragens de rejeitos de mineração em Mariana e Brumadinho, ocorridos respectivamente em 2015 e 2019, marcaram o setor mineral e impulsionar alterações significativas na regulação aplicável à segurança de barragens. Uma dessas mudanças foi a Lei nº 14.066/2020, que alterou a Lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais.

Sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens, é incorreto afirmar que

- a) A Lei nº 12.334/2010 se aplica a barragens destinadas à acumulação de água cujo reservatório tenha capacidade total maior ou igual a 3.000.000 m<sup>3</sup> (três milhões de metros cúbicos).
- b) Permite-se a construção ou o alteamento de barragem de mineração pelo método a montante apenas nos casos previamente aprovados pela Agência Nacional de Mineração (ANM).
- c) O Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) é instrumento Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).
- d) As barragens são classificadas pelos agentes fiscalizadores, por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, com base em critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).
- e) Deve ser realizada Revisão Periódica de Segurança de Barragem com o objetivo de verificar o estado geral de segurança da barragem, sendo que a periodicidade é estabelecida pelo órgão fiscalizador em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem.





57. Segundo a Constituição Federal de 1988, a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Em âmbito infraconstitucional, o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) regulamenta esse dispositivo constitucional, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana.

Segundo tal norma, o plano diretor, instrumento da política urbana, é obrigatório para as seguintes cidades, exceto:

- a) Com mais de vinte mil habitantes.
- b) Integrantes de áreas de especial interesse turístico.
- c) Incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.
- d) Inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- e) Situadas na faixa de fronteira.

58. A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município.

Segundo essa Política, não compõe a infraestrutura de mobilidade urbana:

- a) As vias e demais logradouros públicos.
- b) Os estacionamentos.
- c) A sinalização viária e de trânsito.
- d) Os automóveis e seus equipamentos de controle da poluição do ar.
- e) Os instrumentos de arrecadação de taxas e tarifas.

## ACESSIBILIDADE

*Ricardo Torques*

59. Nos últimos anos tem se discutido a questão da acessibilidade a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no sentido de propiciar melhor acesso aos espaços públicos. Neste sentido, a Lei nº 10.098/00, tem como eixo norteador

- a) criar vagas em escolas especiais no sentido de tornar o acesso a pessoa com deficiência peculiar em seu aspecto inclusivo.
- b) fomentar os mecanismos de reabilitação e inclusão profissional nos currículos básicos na formação dos profissionais de saúde.
- c) estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
- d) proporcionar através de ações intersetoriais o acesso à saúde básica e a reabilitação profissional para inclusão no mercado de trabalho.
- e) Impulsionar, através de práticas esportivas, a inclusão da pessoa com deficiência em atividades inclusivas, respeitando suas limitações e capacidades.



**ACESSIBILIDADE***Núbia Ferreira*

**60.** A NBR 9050 apresenta as dimensões referenciais para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeiras de rodas. De acordo com essa norma, a dimensão em metros para o deslocamento de um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas é de:

- a) 0,90 a 1,10.
- b) 0,90 a 1,20.
- c) 1,00 a 1,20.
- d) 1,20 a 1,50.
- e) 1,50 a 1,80.

**ENGANHARIA CARTOGRÁFICA E GEOPROCESSAMENTO***Monik Begname*

**61.** A definição “é o arco contado sobre o Equador e que vai de GREENWICH até o Meridiano do referido lugar” refere-se a qual elemento cartográfico?

- a) Escala
- b) Longitude
- c) Hemisfério
- d) Legenda
- e) Latitude

**62.** Num cartograma de escala 1:400.000, a distância medida em linha reta entre duas cidades é de 4 cm. A distância real entre essas cidades, medida em quilômetros e em linha reta, é

- a) 1,6
- b) 16
- c) 160
- d) 0,16
- e) 8

**63.** A fim de solucionar as questões relacionadas com a forma do Planeta, foram feitas algumas adaptações, buscando aproximar a realidade da superfície terrestre para uma forma passível de ser geometricamente transformada em uma superfície plana e facilmente manuseável: um mapa. São exemplos de projeções cilíndricas as projeções

- a) transversais e as projeções oblíquas.
- b) cônicas e as projeções polares
- c) oblíquas e as projeções planas
- d) oblíquas e as projeções cônicas
- e) planas e as projeções transversais

**64.** A cartografia exerce uma função essencial na gestão ambiental ao possibilitar a criação de mapas que ajudam na identificação e na análise de ecossistemas, de recursos naturais e de riscos ambientais. Essas representações cartográficas são fundamentais para embasar a tomada de decisões, visando à conservação e ao planejamento sustentável do meio ambiente. Nesse contexto, define-se o Sistema de Informações Geográficas (SIG) como:

- a) um software de edição de fotos, usado para melhorar imagens geográficas.
- b) um dispositivo de rastreamento GPS, utilizado para monitorar animais selvagens em seu habitat natural.
- c) um sistema que adquire, armazena, recupera, transforma e exibe dados espaciais do mundo real.
- d) um sistema que envolve a integração de dados espacialmente referenciados que indicam o suporte à decisão e a consequente solução de problemas exclusivamente ambientais.
- e) um sistema computacional que realiza a exibição de dados georreferenciados composto apenas por um hardware.



65. Existem basicamente duas estruturas para armazenar e representar dados espaciais em um sistema de informação geográfica.

A estrutura que promove um processamento mais rápido e eficiente de algoritmos de análises espaciais e que facilita simulações e modelagens é denominada:

- a) vetorial.
- b) matricial.
- c) topológica.
- d) triangular.
- e) poligonal.

### ENGANHARIA CARTOGRÁFICA E GEOPROCESSAMENTO

*Alexandre Vastella*

66. Dados espaciais admitem tanto a representação matricial quanto a vetorial, sendo relevante a compreensão das potencialidades e limitações dessas representações para que a tomada de decisão quanto às técnicas a serem adotadas numa análise espacial sejam as mais indicadas na solução de um problema.

Para se utilizarem as representações vetoriais e matriciais, deve-se observar que dados

- a) vetoriais são adequados às representações de dados contínuos.
- b) vetoriais são indicados na aplicação de álgebra de mapas.
- c) vetoriais são facilmente associados a mais de um atributo.
- d) matriciais necessitam de topologia associada.
- e) matriciais são indicados na representação de objetos espaciais.

67. A Topologia define a relação posicional de características ao definir suas propriedades. Inclui informações sobre que rótulos estão ligados a cada característica [...]. A informação topológica permite que o SIG efetue funções de relação espacial [...]

Disponível em:  
<<http://www.cartografia.eng.br/artigos/gis03.php>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

Para que um analista consiga implementar a Topologia corretamente em um SIG, ele deve adotar o seguinte procedimento:

- a) Separar as informações em camadas (layers)
- b) Fornecer uma lógica que conecte os elementos gráficos.
- c) Estruturar os dados adequadamente, separando-os em níveis distintos.
- d) Manipular os dados para que sejam processados dentro de categorias predefinidas.
- e) Descrever a relação espacial entre os temas existentes no documento cartográfico.

68. Uma das funcionalidades de um GIS (Geographic Information System) é gerenciar a base de dados que armazena os atributos alfanuméricos e espaciais.

Nesse gerenciamento, inclui-se a manutenção da integridade dos dados armazenados, o que significa que, em um GIS,

- a) existe backup para o caso de falha no servidor de dados.
- b) existe a consistência lógica e física entre os dados armazenados.
- c) não é possível apagar geometrias ou registros do banco de dados.
- d) não é possível haver múltiplos acessos simultâneos à base de dados.
- e) somente usuários credenciados podem acessar e alterar a base de dados.



**ESTATÍSTICA****Carlos Henrique**

Uma pesquisa realizada com moradores das cidades A, B, C, D e E teve como finalidade investigar a questão de segurança nas cidades onde moravam. Foram entrevistados 1.000 moradores, alocando-se a amostra de acordo com a cidade de origem de cada um. Na tabela seguinte, N é o tamanho populacional de moradores; n é o tamanho da amostra por origem; P é o percentual dos moradores entrevistados que se manifestaram relativamente seguros nas suas cidades.

cidade	N	n	P
A	100.000	100	80
B	300.000	300	70
C	100.000	100	90
D	300.000	300	80
E	200.000	200	80
total	1.000.000	1.000	

69. Marque a opção correta:

- a) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem por conglomerados
- b) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem estratificada
- c) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 0,1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem por conglomerados
- d) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 0,1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem estratificada
- e) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem sistemática

70. Sabendo que  $P(Z < 2) = 0,975$ , em que Z representa a distribuição normal padrão, o intervalo de 95% de confiança do percentual populacional de moradores da cidade A que se sentem relativamente seguros foi igual a:

- a)  $80\% \pm 8\%$
- b)  $80\% \pm 10\%$
- c)  $80\% \pm 12\%$
- d)  $70\% \pm 8\%$
- e)  $70\% \pm 10\%$



**DISCURSIVA**

Determinada pessoa, sem se identificar, enviou mensagem para a ouvidoria do Órgão federal X (pertencente ao Ministério da Educação), relatando que o servidor Caio, vinculado a esse ministério, cometeu determinada infração administrativa. De pronto, a autoridade competente, pertencente ao próprio Órgão, instaurou um Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Instaurado o PAD, na fase de defesa, Caio exerceu o direito ao contraditório e ampla defesa sem, contudo, estar assistido por advogado. Transcorrido o PAD, foi imposta, pelo Ministro da Educação a penalidade de demissão.

Considerando a situação apresentada, redija um texto dissertativo sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), disciplinado pela Lei 8.112/1990. No seu texto, aborde os seguintes pontos, remetendo-se à situação hipotética quando cabível:

- a) As fases do PAD, conforme o rito ordinário.
- b) A possibilidade de abertura de PAD com base em denúncia anônima.
- c) A questão da não assistência por advogado no âmbito PAD.
- d) A competência para aplicação da penalidade de demissão.





Simulado Especial – CNU – Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharia – Pós Edital – Banca: Fundação Cesgranrio- 04/02/2024

Linha	Folha de Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.